



AOS TRABALHADORES NÃO DOCENTES

GOVERNO QUER AUMENTAR A PRECARIZAÇÃO DO EMPREGO E O DESEMPREGO NA ESCOLA PÚBLICA

Este governo (PSD/CDS) e a troika(FMI/BCE/UE), está cada vez mais apostado em precarizar o emprego na Escola Pública, ao substituir os trabalhadores efectivos, por trabalhadores contratados à hora ou arregimentados nos centros de emprego através dos contratos de inserção, enquanto continua a promover a saída dos trabalhadores com contrato por tempo indeterminado.

Os objectivos do Governo, são claros: degradar ainda mais o funcionamento da Escola Pública, para a pôr definitivamente em causa e promover o trabalho sem direitos.

Daí que continue sem resolver a crescente falta de pessoal auxiliar nas escolas, com o recrutamento de novos efectivos com contrato por tempo indeterminado, ao mesmo tempo que anda a tentar aliciar os que ainda lá estão, a aceitar rescisões “amigáveis”, para ter só emprego precário nas escolas.

Emprego precário com salários de miséria, sem direito a uma carreira profissional digna, com total desregulação da duração de trabalho e de horários, sem formação e sem funções específicas.

Entretanto, aos trabalhadores efectivos acena-lhes com as rescisões “amigáveis” com uma indemnização irrisória que é taxada pelo IRS e que não compensa a falta de subsídio de desemprego. Rescisões “amigáveis” que só dão direito à aposentação no limite de idade fixado. Tudo isto somado a uma situação social de desemprego generalizado. Um autêntico “conto do vigário”.

DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA É UMA PRIORIDADE

Os trabalhadores das escolas da Rede Pública estão hoje confrontados com a absoluta necessidade de defender a Escola Pública, enquanto cidadãos e enquanto trabalhadores.

Enquanto cidadãos porque a Escola Pública, foi um dos mais preciosos bens conquistados com o 25 de Abril de 1974 que contribuiu decisivamente para a redução do analfabetismo, para o aumento da

escolaridade e da formação dos portugueses, pelo seu carácter universal e gratuito.

Como trabalhadores, porque o trabalho digno é o trabalho com direitos. Direitos que têm sido paulatinamente roubados à sombra de uma “crise” de que não foram nem são responsáveis os trabalhadores.

DIREITOS CONQUISTADOS NÃO PODEM SER ROUBADOS

Cada luta que for travada pelos trabalhadores das escolas da Rede Pública, em defesa de uma carreira profissional digna, pela estabilidade de emprego e contra a precariedade; por funções dignas; pelo direito à formação profissional, é um contributo para um futuro melhor e para a manutenção da Escola Pública, como uma das funções sociais do Estado.

Quanto ao aumento do horário de trabalho, (que a nossa Federação irá continuar a contestar) das 35 para as 40 horas semanais, facto que a concretizar-se no final do mês, como o governo pretende, irá representar um retrocesso social inaceitável que

nos rouba tempo à família, aumenta a carga de trabalho, reduz o salário e aumenta, pelas características das funções no sector, a incidência de doença por motivos profissionais, o que irá também reflectir-se negativamente no funcionamento e qualidade da Escola Pública.

A presente situação de ataque à Escola Pública só será travada com a demissão deste governo que há muito está à margem da lei fundamental (a Constituição da RP) e a alteração do rumo do País, com a constituição de uma alternativa política de esquerda, que ponha Portugal no caminho do desenvolvimento económico, social e cultural.

Setembro/2013

Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais